

Seleção estágio graduação DPU – Volta Redonda

Março - 2025

Questão discursiva

A Constituição Federal de 1988 abordou explicitamente em seu Título II sobre os direitos e as garantias fundamentais, sem prejuízo de outros tantos previstos por todo o seu texto de forma explícita e implícita.

Nesse contexto, responda:

- a) Conceitue direitos fundamentais à luz do ordenamento jurídico brasileiro?
- b) Como a Constituição Federal de 1988 subdivide os direitos fundamentais?
- c) Cite ao menos cinco direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.
- d) Discorra sobre como a Defensoria Pública atua como instrumento de efetividade dos direitos e das garantias fundamentais.

Espelho do Gabarito

- a) Direitos fundamentais são situações jurídicas, objetivas e subjetivas, positivadas pelo ordenamento jurídico, que visam proteger as pessoas e promover uma vida digna, livre e igual na sociedade, tanto no contexto público como privado, e que por isso possuem eficácia plena e imediata. SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 25ª Edição, revista e atualizada, São Paulo: Malheiros Editores, 2005, pp. 178 e 179. **(20 pontos)**.
- b) Direitos individuais, direitos coletivos, direitos sociais; direitos à nacionalidade; direitos políticos; direito à organização político-partidária; e direitos solidários. Artigos 3º, 5º, 6º, 12, 14 a 17, 193 e 225 da Constituição Federal de 1988. SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 25ª Edição, revista e atualizada, São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 184. **(10 pontos)**
- c) Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância, ao salário-mínimo, à livre associação, à greve, ao voto direto e secreto, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Artigos 5º ao 17 e 225 da Constituição Federal de 1988. **(10 pontos)**
- d) Nos termos do art. 134 da Constituição Federal de 1988, “A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”. Em razão disso, a Defensoria Pública possui missão constitucional promover os direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos da população vulnerável. E, no cumprimento da sua missão institucional, a Defensoria Pública atua na efetivação de direitos oferecendo assistência jurídica gratuita às pessoas hipossuficientes, auxiliando na resolução de demandas na via judicial e extrajudicial; promovendo a defesa de direitos dos grupos vulneráveis coletivamente; desenvolvendo educação em direitos

para a população em geral; buscando resolução consensuais de conflitos; trabalhando para implementação e criação de políticas públicas que beneficiem à população vulnerável. Artigo 134 da Constituição Federal de 1988 e artigos 1º, 3º-A, 4º da Lei Complementar nº 80/1994. (30 pontos)